



Os produtores rurais manifestaram aos distritais o desejo de que as terras continuem públicas

266 Produtor rural quer concessão mantida

Cerca de cem produtores rurais do Distrito Federal estiveram, ontem, na Câmara Legislativa para manifestarem o seu apoio à proposta da Contag para a Lei Orgânica. Os produtores querem a manutenção do sistema de concessão do uso das terras e não a titulação, como vem sendo proposta pelo Buriti. Os agricultores fizeram um protesto do lado de fora do edifício-sede da Câmara Legislativa e depois expuseram as suas reivindicações aos deputados distritais, em um encontro realizado no auditório da Casa, onde entregaram uma carta de intenções.

Os agricultores de Brasília querem que as terras do Distrito Federal continuem públicas. Além disto, eles estão pedindo ao governo que faça uma revisão completa dos atuais contratos de arrendamento e de concessão de uso e dos loteamentos irregulares. A proposta prevê, ainda, a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, pelo GDF, das terras rurais, para fins de defesa do meio ambiente e a desapropriação, por parte da União, dos imóveis que não cumpram a sua função social.

De acordo com os representantes dos produtores rurais brasilienses, o Executivo está atropelando a Lei Orgânica ao anunciar o seu desejo de efetuar, até o final deste ano, a titularização da maioria das terras que hoje estão sendo utilizadas por arrendamento ou uso de concessão de direitos. Atualmente existem cerca de dez mil produtores rurais de Brasília que não têm acesso ao crédito rural do Governo Federal por não possuírem a titulação defini-

tiva das terras onde produzem.

Dentre as propostas para a elaboração da Lei Orgânica enviadas pelos produtores está a de adoção de uma política agrícola de apoio ao pequeno produtor rural e as suas formas associativas de produção, mediante crédito rural especial, assistência técnica, preços reais, seguro agrícola,

condições de armazenamento da produção, infra-estrutura, habitação, saúde e educação.

O deputado Gilson Araújo (PTR) disse que o pedido será discutido. "Receberemos propostas sobre a questão até o dia 13 de setembro. Dentro de 120 dias será elaborado o projeto", completou.